

PARANISMO: ENTRE A IDEOLOGIA E O IMAGINÁRIO

Fabricio Souza¹

Resumo: A análise proposta neste artigo se debruça sobre os contrastes entre dois estudos marcantes dedicados ao movimento paranista: *Regionalismo e antirregionalismo no Paraná* (1978), do sociólogo Ruben Cesar Keinert, e *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República* (1997), do historiador Luís Fernando Lopes Pereira. Enquanto o primeiro se apoia numa análise estrutural para desnudar o que aponta como um caráter ideológico do movimento, o segundo, vinculando-se aos estudos culturais, destaca as origens do movimento no imaginário social de sua época. No esforço de expor os pressupostos que orientaram abordagens tão distintas sobre o mesmo tema, analisamos as filiações teóricas dos autores e as fontes por eles privilegiadas, assim como os recortes temporais, os procedimentos metodológicos e suas respectivas modalidades de escrita da história.

Palavras-Chave: paranismo; regionalismo; ideologia; imaginário.

PARANISM: BETWEEN IDEOLOGY AND THE IMAGINARY

Abstract: The analysis conveyed in this paper delved into the contrasts between two groundbreaking studies of the Paranist movement: *Regionalismo e antirregionalismo no Paraná* (1978), by the sociologist Ruben Cesar Keinert, and *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República* (1997), by the historian Luís Fernando Lopes Pereira. While the first builds upon a structural analysis in order to lay bare a movement's precipitous ideological dimension, the second one, rather associated with the field of cultural studies, sheds light upon the movement's origins in the social imagination of its time. In an effort bring forth the conditions that made possible two completely different approaches of the same subject, we analyze the authors' theoretical affiliations and the respective sources and timelines selected by them, as well as their methodological and historiographical procedures and approaches.

Keywords: paranism; regionalism; ideology; imaginary.

* O financiamento da pesquisa de mestrado, da qual este artigo se originou, consta no processo nº 00/10429-4, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Agradeço a José Antonio Vasconcelos pelas críticas e sugestões. Email: contato@fabricio.cc

Paranismo é um neologismo que agrega as mais variadas expressões regionalistas de pertencimento e significação com referências ao estado do Paraná. Desde a sua popularização em 1927, por intermédio do Manifesto Paranista elaborado por Romário Martins, o termo é manuseado pelos campos político e intelectual para simbolizar, no âmbito regional, uma aliança civilizatória e modernizante que conduziria seus adeptos ao futuro. O enaltecimento da cultural local, a valorização dos expoentes nativos e a busca pelos elementos singulares que integrariam o Paraná ao corpo da brasilidade, fez do paranismo um dos movimentos regionais mais fecundos das primeiras décadas do século XX.

Por sua vez, a trajetória dos estudos sobre o paranismo é pontuada por dois trabalhos que marcaram as respectivas épocas em que foram escritos: *Regionalismo e antirregionalismo no Paraná*, do sociólogo Ruben Cesar Keinert (1978), e *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*, do historiador Luís Fernando Lopes Pereira (1997). Na década de 1970, Keinert repercutiu os teóricos marxistas que privilegiavam a economia, a ideologia e a dominação; já Pereira, na década de 1990, buscou readequar os estudos sobre o paranismo ao primado dos elementos culturais, ao imaginário e as ideias. Ambos os autores, em seus respectivos estilos de escrita, em suas filiações teóricas, nas fontes que selecionaram e nos recortes temporais e procedimentos de análise que privilegiaram, permitem observar um instante do ápice e do declínio das análises estruturais e dos modelos globais de interpretação. Essa aproximação contrastiva entre os autores também possibilita observar um dos caminhos trilhados pela reorientação epistemológica da década de 1980 no Brasil, bem como os lugares dos quais os discursos sobre o passado foram elaborados.²

O contraste entre as obras é algo que decorre sobretudo de um esforço analítico *a posteriori*, mas tampouco deixa de ser algo que se constata internamente, na recepção da obra mais antiga e de seu impacto pelo autor mais recente. Na obra do historiador, percebe-se, nesse sentido, uma tônica de deslegitimação da análise do sociólogo, acusado de elaborar um conceito de paranismo limitado e reducionista.³ Em contrapartida, Pereira

² Sobre a denominada crise dos paradigmas, ver: CHARTIER (1994: 97-113), HARLAN (2014: 13) e VASCONCELOS (2005). Em relação ao debate acerca do lugar de elaboração da escrita histórica, ver Certeau (1982).

³ Para as relações entre historiadores e sociólogos, ver: BOURDIEU & CHARTIER (2011) e BURKE (2002).

ofereceria uma perspectiva sintonizada com as mudanças de paradigmas em fins do século XX, bem como um diálogo com as ciências sociais para analisar uma ampla diversidade de fontes advindas do campo artístico e literário. Essa perspectiva teria sido exitosa em definir uma série de parâmetros que se transformariam subsequentemente em referências para os estudos sobre o paranismo.⁴

A recepção do livro de Pereira foi significativa e, mesmo após duas décadas de seu lançamento pela já extinta editora Aos Quatro Ventos, é o estudo sobre o paranismo mais citado em livros, artigos, teses e dissertações, sem que, todavia, tenha recebido ainda a devida atenção crítica.⁵ No decurso desse período, a historiografia brasileira já experimentou intensas movimentações, acomodações e rearranjos que oferecem nos dias atuais suficiente margem de distanciamento para permitir que a obra seja revisitada e analisada a partir de uma avaliação da pertinência das suas proposições e de sua recepção da obra anterior.

A distância de quase duas décadas entre os dois estudos, em lugar de dificultar a aproximação a ambos, antes a viabiliza por uma razão dupla: primeiro, pelo fato de abordarem o mesmo objeto de estudo e figurarem como os mais representativos estudos sobre o tema, destacando-se, assim, uma íntima conexão; em seguida, naquilo que se refere ao próprio posicionamento de Pereira, que abertamente manifestou a intenção de se distanciar do estudo de Keinert, visto que este se teria sustentado em concepções teóricas incompatíveis com as mudanças epistemológicas de fins do século XX. É precisamente esse movimento de ruptura, no intuito de apresentar uma alternativa aos estudos sobre o paranismo, que se pretende trazer à luz aqui.

Paranismo: ideologia das classes dominantes

O primeiro estudo a realizar uma análise estrutural do paranismo foi *Regionalismo e antirregionalismo no Paraná*, dissertação de mestrado em sociologia desenvolvida na Universidade de São Paulo, entre os anos de 1971 e 1978, por Ruben Cesar Keinert (1978). A perspectiva por ele adotada na obra concebe um ressurgimento do regionalismo em pleno

⁴ Como exemplo, ver os agradecimentos ao trabalho de Pereira (1997) na tese de Camargo (2007).

⁵ No Google Scholar, o livro de Pereira (1997) é o mais citado entre os relacionados à temática do paranismo. Disponível em: <<https://bit.ly/2So08Kl>>. Acesso em: 17/07/2019.

Estado Novo, período reconhecidamente contrário às manifestações dessa natureza. Transita, portanto, por um caminho que, para os historiadores da época, era pouco explorado, pois os estudos históricos da década de 1970 se concentraram em evidenciar o caráter autoritário do regime.⁶

Para Keinert, os governos que se estabeleceram no Paraná após a emergência do Estado Novo teriam assumido configurações regionalistas específicas, elaboradas a reboque de uma releitura do Movimento Paranista da década de 1920. Nessa ótica, são arroladas categorizações para a vertente regionalista que caracterizou cada um dos governos do período, em consonância com suas respectivas atuações políticas: com Moysés Lupion (1947-1951 e novamente em 1955-1960) teria emergido o “regionalismo convicto”, enquanto com Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) teria sido o momento do “regionalismo cooperativo”; no período da ditadura civil-militar (1964-1985), por sua vez, teria irrompido o “antirregionalismo”. Interessam-nos aqui, para efeito de análise, os três primeiros capítulos, momento em que são apresentadas na obra as origens do paranismo em meio a esse processo escalonado, assim como a configuração ideológica assumida pelo movimento.

Keinert afirma que, em meados do século XX, havia uma disputa entre forças regionais e nacionais pelo domínio dos mecanismos estatais para fazer valer os interesses das classes e frações de classe (pecuaristas, ervateiros e madeireiros) que detinham o controle efetivo sobre os meios de produção nos setores econômicos predominantes no cenário da época. No entanto, um estudo mais detido desse confronto teria sido preterido pelos sociólogos em razão da preponderância das preocupações com o nacionalismo, a modernização e o desenvolvimento, que, na década de 1970, teriam suplantado o “regionalismo e o localismo, englobando-os no rótulo das coisas impertinentes às cogitações metropolitanas”. Com essa justificativa, sua pesquisa é inserida no âmbito daquilo que considera um despertar, a retomada de uma temática adormecida, uma vez que, para ele, não haveria “nada como um período de exacerbação de considerações nacionais para se notar o quanto são ponderáveis as forças sociais em cuja gênese encontram-se os recortes de base territorial intranacional” (1978: 3).

⁶ Sobre o Estado Novo e os limites estabelecidos pela historiografia da década de 1970, ver: CAPELATO (2001: 183) e GERTZ (1991: 111).

Para compreender o desenvolvimento socioeconômico do país, Keinert afirma que seria preciso conhecer e abarcar as transformações ocorridas mais além do núcleo industrial capitalista, ou seja, as regiões do território que não experimentavam o mesmo estágio de desenvolvimento econômico, mas que “contribuíram para a sua consolidação” (1978: 3-4). Em outras palavras, significa reconhecer que haveria a constituição de relações de poder fortes o suficiente para manter e subordinar uma região a outra e para direcionar as políticas econômicas e o desenvolvimento local. Regionalismo e antirregionalismo seriam os vetores que permitiriam observar um “embate” entre a “necessidade que o capital de âmbito nacional tem de ampliação de mercados, minimização de concorrência e padronização de comportamento” e a “criação de interesses comuns para formar uma ‘coletividade nacional’, portanto, da transferência das lealdades dos centros de poder locais e regionais para o centro de poder de jurisdição mais ampla” (1978: 6). Assim, seria localmente que esse embate entre diversos interesses de classe se daria, e é nessa perspectiva que ele propõe analisar o regionalismo paranaense.

Keinert destaca duas formas pelas quais se analisavam à época os regionalismos. A primeira seria a análise culturalista da década de 1920, que concebia o regionalismo na “ligação entre o homem e o território, que produziria uma realidade nova, a região humana” (1978: 13-14). Esta seria uma síntese dos elementos geográficos, econômicos e culturais, e não simplesmente uma criação humana. A propósito dessa vertente, Keinert afirma que a concepção é “insuficiente como compreensão do político na medida em que desconsidera os fatores reais do poder, o jogo de interesses e seus desdobramentos” (1978: 15). Para entendermos a realidade regional, afirma ser necessário o inverso, ou seja,

compreender o apelo ao modo de vida regional, à língua regional, à religião regional ou ao que mais possa haver de particular diferenciando uma região, como princípio estruturador de uma força social com efeitos políticos pertinentes que se propõe representar os interesses regionais. O regionalismo deve ser visto como fator de coesão de um agrupamento político (1978: 16).

A segunda forma de analisar o regionalismo seria a análise funcionalista, que “reconhece as populações como unidades em virtude do papel que desempenham na divisão do trabalho nacional, aparecendo politicamente na forma de grupo de interesse de base regional” (1978: 17). O autor afirma que essa concepção é falha por não se assentar em

qualquer noção de dominação. Todos os atores teriam a mesma potencialidade: “não ultrapassa o nível das aparências” e não alcança o poder do Estado, que seria o núcleo da dominação de classe (1978: 18).

Em decorrência das limitações de ambas as vertentes de análise, por não possibilitarem um olhar adequado da realidade, Keinert propõe observar o regionalismo enquanto “ideologia necessária à sobrevivência (reprodução) da formação regional”, que é concebida como o conjunto das especificidades das classes ou frações de classe detentoras dos meios de produção e do processo de produção, acumulação e circulação (1978: 19). Nesse arcabouço se incluem o controle das instituições de poder e a promoção de uma ideologia regional para alimentar a sensação de pertencimento e para sustentar a reprodução do processo. A compreensão do regionalismo passaria ainda pelo recurso ao conceito de dominação, considerado “estratégico” para manter as engrenagens da formação regional, ocultar as relações de classe e estabilizar regionalmente os elementos constituintes da infraestrutura e da superestrutura.

O ponto de partida para o estudo do regionalismo no Paraná, para Keinert, não seria a década de 1920, mas sim o Estado Novo. Em lugar de uma retração nesse período, ele detecta uma exacerbação dos “sentimentos regionalistas” (1978: 33), indicando três fatores que teriam contribuído para a retomada. O primeiro teria sido a queda da coligação formada por ervateiros e pecuaristas, que controlavam o cenário político do Estado desde o início do século XX. Durante a permanência do interventor Manoel Ribas, que se estendeu até 1945, houve uma aproximação com os madeireiros, que acabou movendo os ervateiros na direção da oposição. Apesar de não o detalhar, o segundo fator teria sido a intensa produção historiográfica das instituições qualificadas de aparelhos ideológicos de Estado: Academia Paranaense de Letras, Círculo de Estudos Bandeirantes, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e Museu Paranaense (1978: 35). O terceiro fator teria sido a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943, qualificado como o “marco para se entender o reaparecimento do regionalismo paranaense após a queda do Estado Novo” (1978: 36). Com a capital em Laranjeiras do Sul, compreendia uma região vinculada aos estados do Paraná e Santa Catarina, localizando-se na fronteira com Argentina e Paraguai. As justificativas para sua criação se embasavam na proteção da fronteira nacional e na baixa densidade demográfica. Políticos e intelectuais se esforçaram para que o desmembramento

não acontecesse, retomando um conjunto de ações que visavam reanimar a colonização da região e reelaborando justificativas que reavivaram as posições defendidas ao longo dos embates do início do século XX em torno da delimitação do território.

A repercussão dessas atividades é sintetizada pelo autor por meio da indicação de textos de Davi Carneiro publicados no jornal *O Dia*, acusado pelo regime de “explorar o sentimento regionalista” e de “lançar a cizânia e a discórdia no seio da população” (1978: 39). Na mesma perspectiva, destaca também uma palestra de Bento Munhoz da Rocha Neto na Faculdade de Filosofia em 1943 e o Congresso de História da Revolução Federalista em 1944.

Embora o território não tenha sido implantado, os efeitos de sua criação foram surpreendentemente profundos, considerando-se que o Paraná não tinha uma tradição regionalista comparável à de outros Estados. No entanto, foi lá que reapareceu o regionalismo, imediatamente após a queda do Estado Novo, obrigando a que um governo nascido com o apoio dos próprios quadros do regime deposto abrigasse e desse sequência a um discurso ideológico bastante estranho ao seu repertório (1978: 36).

Na esteira desse processo, o conceito de paranismo elaborado por Ruben Keinert se explicita na relação entre quatro elementos. O primeiro é a efervescência cultural que se iniciou em Curitiba na década de 1890, com destaque para o movimento simbolista, a circulação de impressos e a criação de instituições culturais. No entanto, o autor não chega a apresentar as condições socioeconômicas que possibilitaram essa efervescência, tampouco analisa especificamente qualquer dessas produções ou instituições. O segundo elemento é a luta pela defesa dos limites interestaduais nas duas primeiras décadas do século XX, em especial as ações relacionadas ao Contestado. O terceiro é a crise da economia paranaense na década de 1920, com a queda de aproximadamente 60% das exportações de erva-mate para a Argentina. Por fim, a concessão em 1926 de extensas áreas de terras para companhias como a Brazil Railway (Southern Brazil Lumber & Colonization Co.) e Matte-Laranjeira. Esse contexto “exigiu das classes dominantes algum esforço para manter a sua forma de existência. O paranismo teria sido parte desse esforço, o seu desdobramento ideológico e não o seu simples reflexo” (1978: 52). Portanto, em vista da inter-relação entre esses quatro elementos destacados, o paranismo consistiria para Keinert

numa ideologia criada e fomentada pelas classes dominantes para manter o controle da hegemonia regional.

A dominação teria sido possível em virtude, por um lado, do controle que os ervateiros exerciam sobre os aparelhos ideológicos e, por outro, das relações familiares estabelecidas entre ervateiros e intelectuais, que “acabam tornando-se os intérpretes das inquietações da classe dominante em decadência” (KEINERT, 1978: 55). Como exemplo desse tipo de vínculo, no seio do grupo intelectual que se dedicava a pesquisar e afirmar o Paraná, Keinert destaca aqueles que teriam sido os “fundamentadores” do paranismo: Ermelino Agostinho de Leão, Francisco Negrão e Romário Martins. Todos os três ocuparam funções diversas em órgãos públicos, legislaturas e instituições históricas, além de se envolverem com a defesa dos limites interestaduais, com políticas de modernização e com a elaboração de amplas narrativas sobre o passado. O caminho por eles trilhado e ao longo do qual essas narrativas se inscreveriam na modalidade de um desdobramento ideológico seria por meio do que Keinert chama de “transfiguração da linguagem”, recurso utilizado para afirmar a hegemonia das classes dominantes:

A transfiguração da linguagem refere-se à interferência de concepções míticas, utópicas e telúricas no pensamento dos autores e que aparentemente os desvinculam de quaisquer interesses definidos. Dessa maneira, é proposto como representativo de todos os indivíduos da formação, dando-lhes cidadania “regional”. É a transfiguração, portanto, que por seus efeitos cria uma unidade de referência através da qual todos se sentem iguais. Ela é obtida com a mitificação sobretudo das relações com a natureza (espaço) e das relações com o passado, com o presente e com o futuro (tempo). Vinculam-se assim indivíduos a determinadas unidades de referência que lhes dão igualdade aparente através de símbolos coletivos carregados de significados que são imputados de acordo com uma matriz que não se explicita (1978: 29-30).

A análise apresentada por Ruben Keinert sobre as origens do paranismo se destaca pelo esforço em elaborar uma teoria sobre o desenvolvimento da sociedade paranaense. Sua busca por elementos estruturantes do regionalismo objetivou atestar uma relação entre os projetos econômicos fomentados pelo Estado, a composição e atuação da classe dominante e as atividades culturais que marcam e permeiam essa atuação. A inserção dessa classe dominante nos aparelhos ideológicos e as conexões familiares entre os atores de projetos culturais e políticos de modernização merecem ser ressaltadas, mas ainda exigem estudos

mais aprofundados, pois são apenas arroladas no trabalho de Keinert, sem ulteriores evidências documentais, preterindo justamente uma análise das ações e relações específicas dentro dessas estruturas desabitadas.⁷

Naquilo que se refere aos assim chamados “fundamentadores” do paranismo em específico, há um maior destaque para Romário Martins, responsável pela elaboração, em 1927, do Manifesto Paranista e do Programa do Centro Paranista. Nesses dois textos se encontra a tentativa de teorização do paranismo enquanto movimento. Sobre ambos, no entanto, Keinert faz tão somente uma descrição tópica e passa à reprodução de breves passagens, mobilizadas para ilustrar uma modalidade de dominação ideológica. As referências efetivamente contidas no manifesto sobre alguns dos principais dilemas brasileiros do início do século XX foram ignoradas na obra.

A indiferença ao mundo social - tanto mais flagrante ao se considerar que se trata de uma análise que se filia à tradição marxista - é agravada com o recorte econômico endógeno e rígido. Se, por um lado, permitiu generalizações teóricas sobre o lugar do Paraná no sistema capitalista, por outro, deixou de lado o amplo espectro das experiências humanas. Conflitos, disputas, projetos alternativos, contradições, autonomia intelectual e relacionamentos sociais, nas suas mais variadas configurações, são sumariamente ignorados. A representação hierarquizada da sociedade, na esteira das ideias de Louis Althusser, bastante disseminadas na sociologia da USP na década de 1970, acarreta um cenário de estabilidade estrutural, mas também de aceitação passiva e de consenso generalizado.⁸

Os próprios marxistas criticam esse tipo de postura intelectual que divide o social em níveis independentes e hierárquicos, distantes das pulsões do mundo e de suas contradições. Edward Thompson é um dos que, em sua obra *A miséria da teoria*, ataca as fórmulas de Althusser e os estudos que o seguem, instituidores de um silenciamento do “diálogo entre o ser social e a consciência social” (1981: 17).⁹ Até mesmo a categoria de classe, “que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi

⁷ Para um aprofundamento da questão, ver a genealogia das classes dominantes no Paraná, realizada por Ricardo Costa de Oliveira (2001).

⁸ A entrevista de José de Souza Martins permite esclarecer alguns posicionamentos teóricos dos sociólogos da USP nas décadas de 1960 e 1970. Ver: CASTRO (2010: 211-276). Disponível em: <<http://ref.scielo.org/9smwzh>>. Acesso em: 17/07/2019.

⁹ Nesse sentido, ver também ANDERSON (1985).

reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores mas os vetores” (1981: 57). Os únicos atores são da classe dominante. Como resultado, o perigo de criar uma teoria que, em vez de libertar “a classe operária, a entregará, com sua insuportável arrogância e pretensão a ciência, às mãos de uma casta intelectual burocrática: ou a *próxima* classe dominante, que espera na fila” (1981: 206). Thompson sustenta que não há uma distinção ou nivelamento hierárquico das atividades sociais. A economia e o político estão no mesmo nível e acontecem ao mesmo tempo que todas as outras ações humanas. Portanto, criar uma diferenciação e colocar uma categoria acima da outra é “uma ficção acadêmica, pois todas essas ‘instâncias’ e ‘níveis’ são de fato atividades, instituições e ideias humanas” e “devem ser reunidas no mesmo tempo histórico real, o tempo em que o processo se realiza” (1981: 111). A análise de Ruben Keinert faz justamente essa compartimentalização: excluiu as ações humanas em prol de uma definição estrutural e da revelação de uma ideologia dominante.

Paranismo: imaginário republicano

Passemos, pois, à consideração contrastiva com o segundo trabalho de impacto sobre a temática paranista. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*, de Luís Fernando Lopes Pereira (1997), originou-se de uma dissertação de mestrado em história desenvolvida na Universidade Federal do Paraná em 1996. Foi o primeiro estudo a assumir a responsabilidade de abordar o paranismo nas suas mais variadas manifestações e incorporar as (na época, recentes) perspectivas culturais, em detrimento das orientações estruturadoras.

Valendo-se de Ítalo Calvino em *Seis propostas para o novo milênio* (1990) e Peter Gay em *O estilo na história* (1990), Pereira afirma que “talvez nós historiadores tenhamos muito a aprender com as lições da literatura neste final de milênio, em particular se tomarmos como base o contexto de crise dos grandes paradigmas explicativos que faz com que percamos nossas certezas, antes tão inabaláveis”. Proclama seguir os passos do escritor italiano para evitar uma narrativa pesada e mostrar a existência de uma proximidade entre a história e a literatura (1997: 1-2).

O peso da narrativa não seria apenas uma questão de estilo, mas também da utilização de conceitos que engessariam o estudo do passado, notadamente a ideologia e as relações de produção. Nesse sentido, a análise de Keinert é deslegitimada em função de uma perspectiva que fez do paranismo uma “mera resposta no campo ideológico da dominação de classe das elites locais curitibanas” (PEREIRA, 1997: 7). Em contrapartida, o que Pereira propõe é “resgatar uma determinada imagem do passado de uma forma leve, tentando fugir ao peso das metodologias reducionistas” (1997: 14). A busca pela leveza não o livrou, no entanto, de elaborar uma narrativa distante do estilo ágil, impetuoso e cortante que Calvino almejava (CALVINO, 1990: 16). Na mesma linha, para evitar um reducionismo, o autor procurou afastar-se “de um relacionamento mais íntimo com a sociologia e com a economia” em troca de um “namoro com a linguística, antropologia e filosofia” (1997: 2).

A inspiração metodológica de Pereira é *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), livro de José Murilo de Carvalho que foi bem recebido pela historiografia brasileira na década de 1990. Em consonância com o referido trabalho historiográfico, Pereira destaca que “o mesmo se pretende fazer em relação ao Paranismo. Verificar como, através principalmente das artes plásticas, procura-se construir uma identidade regional no Paraná” e “criar na população local um sentimento de pertencimento a uma terra” (1997: 15). Para tanto, afirma ter realizado “um resgate da cultura curitibana do período da I República” e concebido a existência de um imaginário, proveniente das experiências de um contexto que mescla federalismo republicano, positivismo, anticlericalismo e modernidade. Seria, pois, a reboque da efervescência cultural propiciada pelos espaços e suportes advindos da economia ervateira que surgiria o paranismo (1997: 171-172).

O desenvolvimento e instauração da identidade regional seguiria “os passos ditados pelo imaginário” (PEREIRA, 1997: 53). Ao contrário, porém, da obra de José Murilo de Carvalho, que apresenta tensões e disputas pela sua constituição, não há nada parecido em sua análise. O imaginário é incorporado e destituído do processo que o forjou. Intelectuais e artistas plásticos são retirados dos respectivos espaços de experiências que estabelecem as relações sociais. A única possibilidade é observá-los, simultaneamente ritualizados pelo imaginário republicano e ritualizando o imaginário paranista. Nesse modelo, as

especificidades das práticas sociais sucumbem às fórmulas generalizantes, tal com ocorreu com o estudo analisado anteriormente. Desse modo, a crítica que Thompson fez aos estudos estruturais permanece válida tanto para Keinert quanto para Pereira.

Para além da aproximação metodológica a José Murilo de Carvalho, o autor afirma vincular-se à história das ideias e seguir “os passos brilhantes de Robert Darnton e Norbert Elias” para evitar “qualquer dicotomia, entre classes sociais, entre cultura popular e de elite” (PEREIRA, 1997: 171-172). Contudo, ao longo de todo o livro, não chega a apresentar nenhuma circularidade de ideias, pois não se verifica a presença de classes quaisquer ou sequer de ideias em jogo. O que se apresenta é tão somente a imposição da alta cultura e o decorrente aprisionamento dos artistas e intelectuais na ritualização do imaginário sobre a população.¹⁰ Com isso, apesar de afirmar que teria estabelecido uma aproximação com a antropologia, Pereira oferece fundamentalmente uma visão de cultura estreita e limitada às práticas da elite e à função social de atribuir e inventar a identidade, para então a desconstruir. Nisso consistiria a cultura resgatada. Resta-nos indagar sobre aqueles que comungaram (ou não) do mesmo imaginário e que, no entanto, criaram representações diferenciadas, ou que estavam em posições divergentes ou até mesmo se mantiveram indiferentes em relação às performances identificacionais.¹¹

O diálogo que a história aprofundou com a antropologia a partir da década de 1960 manteve-se distante de toda e qualquer reafirmação da cultura nos moldes do século XIX. Clifford Geertz, ao definir a cultura enquanto significados absorvidos por intermédio de símbolos nas relações humanas, abriu a dimensão que permitiu aos historiadores expandir ainda mais as fronteiras do ofício. Em vista disso, é impraticável um diálogo com a antropologia sem que sejam discutidas as relações simbólicas, sem que a reboque disso, contudo, os símbolos sejam concebidos apenas em sua função e recorte identitários (2008: 10).¹²

A opção pelo imaginário, adotada por uma significativa vertente historiográfica ao longo da década de 1990, foi um conveniente recurso para fazer frente aos questionamentos sobre os limites das análises estruturais. No entanto, Jacques Le Goff já alertava que a

¹⁰ Os autores que Pereira afirma seguir são: DARNTON (1996) e ELIAS (1990). Para os debates acerca das dificuldades em definir a história das ideias, ver: CHARTIER (1990) e DARNTON (1980).

¹¹ Para o debate acerca das definições de cultura, ver: CUCHÉ (1999), GEERTZ (2008) e BURKE (2005).

¹² A descrição densa de Geertz foi incorporada por alguns historiadores e produziu relevantes pesquisas. Ver: DARNTON (2004).

estratégia não podia ser convertida em “panaceia explicativa da história, cuja complexidade se esquivava a todas as causalidades” (1994: 31). Pois é o que acontece com a análise de Pereira, desvinculada que se mostra dos entrelaçamentos que operam o mundo social. Bronislaw Baczko, por exemplo, que é citado na análise de Pereira, é um dos que se posiciona alhures contrariamente à crença de que o imaginário paira no ar, desvinculado da vida social dos seus protagonistas. Para ele, o núcleo de irradiação do imaginário agrega a força de legitimação do poder, considerando que os bens simbólicos pelos quais se manifesta são limitados. Espaços e recursos públicos, delimitação de papéis sociais, regras de comportamento, locais que determinados grupos devem ocupar na cidade, dentre outras elaborações normativas, requerem uma efetivação que exige um poder legitimado pelo imaginário. É, assim, uma arena em disputa, mas “só são ‘imaginários’ no sentido em que têm por objeto o imaginário social”, pois são articulados e atuantes no mundo social, e seus integrantes vinculados aos seus próprios interesses ou então aos interesses dos campos aos quais estão vinculados (1985: 310). Ao desconsiderar a complexidade dessas configurações, o imaginário paranista, conforme apresentado por Pereira, acaba por se revelar descolado de seu próprio substrato social e parece emergir, numa circularidade que beira o tautológico, a partir de outro imaginário.

Se, em tempos de crise de paradigmas, ideologia e dominação de classe eram consideradas fardos a pesar sobre os ombros da historiografia, o que haveria de ser nesse quesito o imaginário, projetando no passado massas ritualizadas? Não teria sido esse, afinal, o risco que Pereira assumiu correr, a ponto de afirmar que as representações do passado elaboradas pelos intelectuais seriam pretensões de obter “o poder do Grande Irmão da obra ficcional de George Orwell” (1997: 93)? Nem Keinert, na esteira de Althusser, havia chegado a tal ponto.

Revela-se, assim, tanto maior a importância que o estudo poderia ter dado às tensões e pulsões da vida moderna e aos processos que teriam configurado as trajetórias individuais em toda a sua especificidade. Com isso talvez se pudessem evitar generalizações panorâmicas e desprovidas de evidência histórica. Exemplos de ônus dessa natureza são os perfis dos poetas Emiliano Pernetta e Emílio de Menezes, apresentados como agentes históricos que teriam estado “engajados na construção de uma identidade regional”. Em quais sinestésias simbolistas? Em quais versos satíricos? Ao longo de toda a obra de

Pereira, não são arrolados quaisquer elementos capazes de respaldar tal afirmação. Apenas se evoca e se acopla, sem a devida análise, a literatura simbolista e parnasiana da virada do século XX ao imaginário paranista e às teorizações sobre a identidade regional. Em outro trecho, Pereira vai ainda além e afirma que o paranismo “terá o apoio e engajamento de toda a intelectualidade paranaense do período”, constatação que demandaria, sob pena de se enfraquecer diante de múltiplos questionamentos possíveis, um amplo e complexo levantamento documental de todos os intelectuais, seguida de uma análise da produção de cada um deles, para só então constatar os possíveis indícios que a pudessem confirmar (1997: 74). Não foi essa, porém, a escolha do autor, que optou por se limitar à peremptoriedade da afirmação isolada.

Apesar de possivelmente reconhecer a importância e a conveniência de apresentar esse mosaico e de efetivamente manifestar o desejo de “resgatar toda a diversidade dos sujeitos históricos do período, tentando recompor de que maneira pensavam o Paraná” (PEREIRA, 1997: 174), o autor acabou por apresentar um conjunto relativamente homogêneo de ideias, que ademais se mostram demasiadamente atreladas ao discurso identitário, o que, por sua vez, acaba nivelando os atores e suas ações em categorias estáticas e pré-definidas. Todo esse conjunto convergiria afinal ao imaginário paranista e à formação da identidade regional, e a eles se resumiria. As questões próprias dos campos em que atuavam esses intelectuais e até mesmo as atividades desempenhadas por cada um deles, e as obras que produziram ou os pontos de contato e conflito entre eles, foram deixadas de lado, engessando o debate cultural nas fronteiras de uma região e desconectando-o das amplas redes com as quais dialogavam e das quais se nutriam seus partícipes.

O conceito de imaginário estabelece o eixo da análise, mas aparece autônomo e desprovido do poder que o legitimaria. De forma semelhante, as criações artísticas e os discursos históricos aparecem desencarnados e cerceados geograficamente. Nos contornos regionais, as experiências sociais se desenvolveriam com poucos constrangimentos, com a raríssima exceção das forças tributárias de uma “fé cega” no progresso (PEREIRA, 1997: 64). O discurso performativo que legitima a região, para pensar nos termos de Pierre Bourdieu (2005), ficou desligado daqueles que têm a legitimidade de o proferir. E dessa

forma, aos artistas e intelectuais é atribuído o poder legitimador e normatizador, enquanto os campos econômico e político permanecem dissimulados.

Ao negar a análise de Keinert, que privilegiava a “relação política e econômica entre as elites regionais”, Pereira propõe o estudo das “figuras marginalizadas pela historiografia tradicional” (1997: 74-75). Contudo, surpreende constatar que, dentre aqueles que compõem seu rol de marginalizados, figuram com grande destaque os poetas e artistas curitibanos da virada do século XX. Ora, frequentadores do Clube Curitibano, das lojas maçônicas e de outros círculos de poder, recebiam incentivos financeiros do Estado para estudar na Europa e sempre estampavam jornais e revistas, quando não eram eles próprios seus proprietários. Para que pudessem ser considerados de fato marginalizados numa sociedade plural, estratificada e desigual como a brasileira, não deveriam apresentar um perfil algo distinto disso?

Esse deslocamento, que se desprende de forma intempestiva do recorte social, não é contudo um caso isolado. Roger Chartier já havia ressaltado, em fins da década de 1980, que a chamada crise dos paradigmas “deveria ser demonstrada mais do que proclamada”, mas sob a condição de uma mudança nos “princípios de inteligibilidade” da prática historiográfica, em vez de mera recusa do social (1990: 176). A opção de Pereira foi tão somente negar o recorte social e adotar em seu lugar o recorte cultural (ideias), substituindo diretamente a ideologia pelo imaginário. Manteve, no entanto, a restrição e delimitação territorial das fontes como a condição da sua própria inteligibilidade. No estudo sociológico de Keinert, na década de 1970, os intelectuais eram movidos pela ideologia das classes dominantes. Agora, no estudo histórico da década de 1990, o que os impelia eram as forças do imaginário. Em ambos os casos, resta pouca margem para pensá-los fora ou para além, seja dos interesses de classe, da formação identitária ou do imaginário regional.

Vejamos a seguir, pois, a maneira como Pereira apresenta o surgimento, a ascensão e a consolidação desse arranjo. Para ele, o paranismo teria surgido no início do século XX, no fluxo do imaginário gerado pela modernidade e pela urbanização. O federalismo republicano e a efervescência cultural fomentada pela movimentada economia da erva-mate possibilitariam a constituição de uma identidade regional:

assistimos ao nascimento de um movimento denominado paranista que, ao reunir artistas e intelectuais locais, tentará forjar um estado que não

passava até então de uma parcela de terra sem fronteiras bem definidas e com uma população heterogênea e sem quaisquer características em comum. Estas pessoas pensarão e lutarão pela construção de uma identidade regional para o estado (PEREIRA, 1997: 13-14).

Os termos “paranismo”, “paranista” e “movimento paranista”, quando invocados para analisar momentos anteriores à sua própria concepção, podem soar como um anacronismo.¹³ Seja como for, uma definição mais clara dos conceitos não inviabiliza o reconhecimento da existência de práticas constituidoras de identificações regionais. Pelo contrário, é possível observá-las nos mais diversos suportes e manifestações, desde narrativas de intelectuais até pequenas expressões do cotidiano. Dessa forma, não se esvazia a historicidade do movimento, tal como concebido pelos seus protagonistas, e viabiliza um avanço para além da cultura de elite.

As discussões sobre os novos horizontes abertos pela aproximação da história com a literatura não foram, no entanto, consideradas com a devida atenção por Pereira, que se limitou a tratar apenas de alguns mitos publicados na revista *Ilustração Paranaense* e a eventualmente afirmar que, enquanto a história “dava o discurso científico e produzia os heróis e mitos de origem”, a literatura convergia “para a realização do ideal paranista, atingindo, mais do que o cérebro, os corações dos paranaenses para sensibilizá-los à sua causa” (1997: 123). Na esteira dessa leitura e desse posicionamento, toda a fértil literatura produzida ao longo da segunda metade do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX foi negligenciada. Nas passagens em que surgem menções expressas ao movimento simbolista, seus integrantes figuram imediatamente integrados ou praticamente incluídos à condição de adeptos do paranismo, engajados, acima de qualquer outra preocupação, na formação de uma identidade.

Os acalorados debates sobre as relações entre história e literatura, que se estenderam por boa parte da década de 1980, questionavam a exclusividade da história em expressar a realidade. O trabalho de Pereira, ao colocar as narrativas em níveis e capacidades diferenciadas, se qualifica como um caso típico daqueles nos quais Hayden White criticava a presunção do historiador convencional em reivindicar a autoridade de mediador entre arte e ciência, para acabar se transformando em “inimigo irremissível de ambas” (2001: 40).

¹³ Sobre a história dos conceitos, ver: KOSELLECK (1992: 134-146).

Não é, afinal, a disposição dos textos em estruturas narrativas históricas ou ficcionais que determinará a sua capacidade de atingir o cérebro ou o coração.¹⁴

A produção artística de João Turin, Zaco Paraná, Lange de Morretes e João Ghelfi é o que deveria constituir o grande momento do texto, porém, é concebida enquanto uma arte para “modificar as consciências e as pulsões dos homens”, para “modificar a consciência da heterogênea população que habitava as terras paranaenses” (PEREIRA, 1997: 137). Tal leitura acaba por definir e atribuir uma função à arte e uma intencionalidade aos artistas que em muito extrapola os limites das fontes analisadas. Nessa perspectiva, todo o mistério da experiência estética e do processo criativo são condicionados ao grande projeto identitário, algo que, dito dessa forma, soa exclusivamente ideológico e distópico. Cada obra de arte contemplada por essa perspectiva perde sua especificidade e é nivelada por um projeto superior que escapa das mãos dos artistas e dos olhos do observador. Dessa forma, são deixadas de lado questões importantes, tais como o mecenato, a encomenda das obras, a representação dos valores burgueses, a fruição, as convenções e a autonomia do campo artístico. Não menos importante seria avaliar o alcance dessa estética, que circulava em suportes acessíveis apenas aos grupos abastados. Dela, a maior parte da população que vivia no Paraná só poderia experienciar os monumentos e bustos desvelados em praças de Curitiba, que, aliás, não se destacavam por possuir signos discerníveis da estética paranista. Portanto, a fim de superar essa fusão indissociável, é preciso considerar os caminhos e destinos das obras, tanto quanto a distinção dos públicos e a sua receptividade.¹⁵

De forma geral, o livro é um esforço declarado para ultrapassar as análises reducionistas sobre o regionalismo, mas o caso paranaense se apresenta afinal cerceado e pautado pelo imaginário da Primeira República. A ascensão de Getúlio Vargas é qualificada de um novo momento em que “deixam de ter espaço as construções regionais, para ceder lugar a um grande ufanismo nacional” (PEREIRA, 1997: 170). É inegável que há uma nova articulação política, mas somente inexistirá preocupação com o regional, após 1930, se a ideia subjacente à concepção de regionalismo adotada for limitada exclusivamente à ideologia sustentada pelo Estado e se o fenômeno analisado for reduzido

¹⁴ Para um panorama das discussões sobre história e literatura, o papel e o lugar da narrativa, bem como o ato de leitura, ver: HARLAN (2014), RICOEUR (1991), CERTEAU (2014) e STONE (2013).

¹⁵ Sobre a constituição do campo erudito e das relações que se estabelecem para sua afirmação, ver: BOURDIEU (2007).

a mero corolário do regime político. A contradição revelada a partir desse ponto de injunção é atrelar o projeto paranista, eminente se não exclusivamente, às forças políticas, em lugar de associá-lo ao imaginário ou à modernidade, forças que ademais, apesar de alardeadas, se mantiveram invisíveis em sua especificidade ao longo de todo o livro.

O recorte e a perspectiva reforçam, pois, a ideia de que o regionalismo deixa de existir após 1930. Nesse ponto, é interessante destacar que Keinert procurou analisar o regionalismo justamente no Estado Novo, período durante o qual Pereira sustenta terem inexistido práticas regionalistas ou regionais. Em relação a esse período, Maria Helena Rolim Capelato destaca uma divisa epistêmica ao observar que a “historiografia colocava para si como limite temporal a década de 30, e raramente os historiadores avançavam para além desse marco” (2001: 190), diferentemente dos sociólogos que romperam essa barreira há muito tempo.¹⁶

Além disso, delimitar um *corpus* documental produzido pela elite letrada e defini-la como sendo “a cultura” inviabiliza observar tudo aquilo que escapa ao rótulo paranista. Desse recorte decorrem na obra afirmações desmedidas para expressar um sentimento que efetivaria o imaginário popular. Seja como for, faz-se necessário reconhecer o esforço de Pereira ao incorporar as artes plásticas e o imaginário nos estudos sobre o paranismo e a possibilidade de se pensar para além das questões estritamente econômicas. Todavia, é inviável analisar a cultura paranista isolada na mente dos seus arautos e esquecer as relações com os poderes, com o Estado, com os mecenas, e até mesmo a inserção dos seus membros no poder. Afinal, para ficarmos num só exemplo, foi em 1930 que as sindicâncias do governo Vargas quase levaram Romário Martins para a prisão. Além de expoente do movimento paranista, Martins comandava a Secretaria da Agricultura, responsável pelo controle da produção de boa parte das riquezas econômicas do Paraná. Nesse como em tanto outros casos e episódios, resta evidente a proximidade e a estreita ligação da cultura paranista com as esferas ao poder. Por isso mesmo, os estudos culturais precisam levar esse importante detalhe em consideração antes de isolar o imaginário de qualquer constrangimento.

¹⁶ A respeito disso, ver também: PANDOLFI (1999).

Diálogos possíveis sobre o paranismo

Em 2009, Pereira viria a publicar *O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX* (2009), resultado do seu doutoramento em história social pela Universidade de São Paulo em 2002. Há nesse trabalho ulterior uma retomada do debate sobre a identidade cultural do Paraná e a confirmação do vínculo do livro anterior aos “referenciais culturalistas” para analisar “as ideias que *circularam* na região”, procedimento que atribui à inspiração do historiador Carlo Ginzburg (2009: 11).

Uma das questões a que essa segunda obra convida e que instiga um debate renovado é a percepção, já apontada acima, de que não havia incidência da noção de circularidade em seu estudo publicado na década de 1990, detalhe que assume novos contornos a partir do momento em que se explicita no novo trabalho a leitura apressada que fez de *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Ideias que circulam não significa o mesmo que circularidade cultural. A simples difusão de ideias por meio de jornais, livros, revistas e símbolos está a anos-luz de distância dos procedimentos de Carlo Ginzburg. Contrastando com uma história exclusivista da cultura de elite, o conceito de circularidade permite observar “por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica” (1987: 20). No estudo de Pereira não há cultura popular ou qualquer diálogo entre culturas, mas tão somente um solilóquio, de uma cultura consigo mesma, a cultura de elite. Faltou um Menocchio na história.¹⁷

Em comparação ao livro anterior, que era excessivamente descritivo, agora há uma preocupação maior com a análise das fontes. A modernidade e suas contradições não são mais ignoradas, e os jornais e revistas surgem com posicionamentos críticos. De qualquer forma, assume o feitio de uma reescrita de temas do livro anterior, não obstante avançar em uma série de discussões específicas e incluir novas discussões. No afã de sublinhar o distanciamento em relação a Keinert, a narrativa anterior encobria os campos econômico e político. Agora encontramos a afirmação de que “a indústria da erva mate financiou a construção da identidade paranaense”, que o poder do Estado “financiou e garantiu o

¹⁷ Faz-se necessário destacar que há uma referência apenas ao nome de Carlo Ginzburg em nota de rodapé na página 11. Não há referência alguma aos livros do historiador na bibliografia.

movimento” (PEREIRA, 2009: 21 e 98). Incorporou, mesmo que em poucas linhas, os imigrantes e o embate com os brasileiros pelo comércio (2009: 22). Há também uma delimitação do paranismo ao chamado “Paraná tradicional”, recuando o alcance da narrativa que se estendia por todas as fronteiras da região (2009: 34).

Todavia, as indefinições conceituais voltam a se fazer sentir, condição que dificulta a compreensão da sua tentativa de vincular o paranismo ao positivismo, ao futurismo, ao modernismo e à literatura brasileira do século XIX. A propósito, a literatura recebe agora um pouco mais de atenção, apesar de o autor desconsiderar contribuições relevantes para o estudo do tema, como é o caso de *Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*, de Maria Tarcisa Silva Bega (2013). Os conceitos de geração, poder, campo, *habitus* e configuração, usados pela socióloga para analisar o movimento simbolista, são operacionais e devem ser considerados para que futuras pesquisas não caiam na indistinção entre as gerações de que padece sobretudo o primeiro trabalho de Pereira, o livro *Paranismo: o Paraná inventado* (1997).

Considerar a existência de uma geração anterior à paranista da década de 1920 não inviabiliza que as pesquisas explorem as representações identitárias sobre a região. Ao contrário, contribui para observarmos a multiplicidade de posicionamentos e propostas que estavam em jogo. Da mesma forma, permite acompanhar a constituição de grupos com interesses e convenções próprias, como é o caso da primeira geração de intelectuais que surge no Paraná em fins do século XIX. Na mesma linha, o conceito de campo, tal como Pierre Bourdieu o concebe, possibilita observarmos a existência de um espaço no qual há relações objetivas e constituídas por convenções que estruturam campos distintos (literário, artístico, político etc.). Assim, distinguem-se os campos pelo ato de analisar cada um deles na “necessidade específica da crença que o sustenta” (BOURDIEU, 2005: 69). E, com o conceito de *habitus*, torna-se possível compreender o posicionamento que os intelectuais são capazes de assumir em mais de um campo.

No caso específico das questões apontadas sobre as análises de Keinert e Pereira, o conceito de geração contribui, por exemplo, para que a arte e a literatura não sejam retiradas do processo criativo e reduzidas ao sentimentalismo paranista. Se olharmos de dentro, com as convenções que os próprios atores fornecem para criar a coesão entre seus pares nos campos em que se inserem, há um vasto debate estético que percorre o mundo da

arte e da literatura e que não é uma peculiaridade exclusiva de Curitiba. A relação e o intercâmbio das produções estéticas dos paranistas com o modernismo e outros movimentos é ainda praticamente inexplorada. Da mesma forma, a inserção dos artistas em movimentos ou discussões estéticas mais amplas, sem o limite do recorte regional ou nacional, é um âmbito que ainda requer estudos. Exemplo do que haveria a ganhar com essa abordagem é a possibilidade de explorar as relações com outras experiências da mesma época, tais como as congruências entre o uso da palmeira por Roberto Lacombe em São Paulo, da cultura marajoara no Pará por Theodoro Braga e do pinheiro por João Turin no Paraná (DUDEQUE, 2001: 61).

As futuras pesquisas também poderiam tensionar o alcance dos conceitos de paranismo, paranista e movimento paranista. Em 1927, emergiram os conceitos tais como os conhecemos hoje. Foi a partir desse momento que se estabeleceram referenciais de coesão entre os membros e uma terminologia específica para designar o engajamento, além da instituição de um agrupamento organizado, com programa e objetivos específicos. Com isso se buscava criar uma diferenciação com o período anterior. Assim pensado, algumas questões se apresentam e se impõem. É possível adotar a ideia de que o movimento existia *in nuce* antes de sua enunciação propriamente dita? Na mesma linha, quais atores poderiam ser considerados paranistas? Quais práticas poderiam ser consideradas paranismo? O recuo no tempo permite o emprego desses conceitos até qual momento da história? O movimento aconteceu em Curitiba, mas como operacionalizar tais conceitos para analisar as cidades litorâneas ou do interior? Todas essas perguntas requerem pesquisas ulteriores e discussões mais aprofundadas.

Etelvina Trindade sugere a utilização do conceito de paranidade, pois dessa forma o movimento paranista não é dissolvido e permite observar os períodos que o antecedem, inclusive as primeiras práticas que instituíram representações para a região. Para justificar a operacionalidade do conceito, a autora cita quatro momentos em que a elaboração de identificações se produziu com intensidade: a emancipação do Paraná e a constituição da Província; as propagandas de atração de imigrantes no século XIX; a constituição de símbolos regionais e a elaboração de um discurso histórico delimitado pelas fronteiras durante os conflitos do Contestado; e por fim, o paranismo propriamente dito, em 1927

(TRINDADE, 1997). Paranidade é um conceito que ainda precisa encontrar um lugar nas pesquisas para ser posto efetivamente à prova.

Ruben Keinert, mesmo se restringindo à análise estrutural, contribui para pensarmos as relações e práticas culturais por intermédio de elementos desconsiderados por Luís Fernando Lopes Pereira, sobretudo para recolocarmos o imaginário na superfície. Da mesma forma, a ideia de que o movimento paranista é criado, datado e localizável no tempo, com princípios que regem o engajamento e as práticas dos seus adeptos, não impede que observemos as estratégias utilizadas para a elaboração de identificações em momentos anteriores. Pelo contrário, evidencia a sistematização de práticas e pensamentos que até então estavam dispersos, sem objetivos e programas de ação definidos. Ampliar o horizonte das pesquisas é fundamental para ir além da ideia já superada de que cultura de elite é sinônimo de cultura. O que encontramos editado nas revistas ilustradas, representado nas obras de arte e teorizado nas definições que normatizam comportamentos está longe de ser a única cultura do Paraná no início do século XX.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E et alii. *Anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BEGA, M. T. S. *Letras e políticas no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, P. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALVINO, I. *Seis propostas para o novo milênio: lições americanas*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CAMARGO, G. L. V. de. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 – 1953*. Tese de doutorado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- CAPELATO, M. H. R. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, M. C. de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, C. P. de. Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 211-276, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17/07/2019.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1982.
- CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CUCHÉ, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- DARNTON, R. *O iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*. São Paulo: Companhia, das Letras, 1996.
- DUDEQUE, I. J. T. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GERTZ, R. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, J. L. W. da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARLAN, D. A história intelectual e o retorno da narrativa. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. de O. (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

KEINERT, R. C. *Regionalismo e antirregionalismo no Paraná*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>>. Acesso em: 17/07/2019.

LE GOFF, J. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

OLIVEIRA, R. C. de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREIRA, L. F. L. *O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

PEREIRA, L. F. L. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1991.

STONE, L. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

THOMPSON, E. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRINDADE, E. M. de C. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 1997.

VASCONCELOS, J. A. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

Recebido em: 15 de novembro de 2019

Aceito em: 12 de março de 2020